



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFPG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO - UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JOSEFA JOZAELSAN DA SILVA

**ANALIZAR A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A
SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB**

Sumé-PB, 2014

JOSEFA JOZAELSAN DA SILVA

**ANALIZAR A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A
SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, sob orientação do **Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho**.

Sumé-PB, 2014



5586a Silva, Josefa Jozaelsan da
Analisar a efetividade das políticas públicas destinadas
a sustentabilidade social no município de Caraúbas - PB. /
Josefa Jozaelsan da Silva. - Sumé: [s.n], 2014.
35p.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.
Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) -
Universidade Federal de Campina Grande; Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de
Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Gestão Pública. 2. Sustentabilidade social. 3.
Políticas Públicas. 4. Qualidade de vida. I. Lima Filho,
Gilvan Dias de. II. Título

CDU 35:574(045)

JOSEFA JOZAELSAN DA SILVA

ANALIZAR A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A SUSTENTABILIDADE SOCIAL: estudo de caso no município de Caraúbas - PB

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Campo - UAEDUC, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA

<hr/> <p>Prof. Doutor Gilvan Dias de Lima Filho Orientador</p>	Nota (9,0)
<hr/> <p>Prof. Mestre Antônio da Silva Campos Júnior Examinador 01</p>	Nota (9,0)
 <hr/> <p>Prof. Mestre Robson Fernandes Barbosa Examinador 02</p>	Nota (9,0)
Nota Final (Média)	Nota (9,0)

Aprovada em ____ de Abril de 2014

RESUMO

Este artigo tem por finalidade verificar a existência de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade social e suas decorrências para a população urbana e rural no município de Caraúbas – PB. Inicialmente, o artigo traz um breve histórico a cerca da sustentabilidade, ainda evidencia alguns aspectos como: concepção de desenvolvimento sustentável, dimensões da sustentabilidade, sustentabilidade social, pobreza e exclusão, caracterização do objeto de estudo: município de Caraúbas – PB, análise dos resultados e discursão, considerações finais, referências e apêndice. O mesmo ainda se justifica pela necessidade de formação de uma gestão municipal mais justa e eficiente que abranja as necessidades da sociedade e busque de uma maior interação e responsividade, com a sociedade a fim de melhorar a qualidade de vida local. A metodologia adotada foi: aplicação de questionários, realização de entrevistas e visitas as comunidades envolvidas, meios que visam à informatização da sociedade a cerca do tema, na parte bibliográfica foram utilizadas fontes como: sites, artigos, livros e autores na área, sendo a pesquisa de caráter quali-quantitativa, descritiva e exploratória, visa elaborar o diagnóstico local. Por fim, foi feita uma análise dos resultados, como observação geral, os resultados obtidos demonstram que existem políticas públicas voltadas para o social, mas são frutos de ações do governo federal e não da gestão local.

Palavras-chave: Sustentabilidade Social; Gestão Pública Sustentável; Qualidade de Vida.

ABSTRACT

This article aims to verify the existence of public policies for social sustainability and its implications for urban and rural population in the municipality of Caraúbas - PB. Initially, the article presents a brief history about the sustainability also highlights some aspects such as: design of sustainable development dimensions of sustainability, social sustainability, poverty and exclusion, characterization of the object of study: city of Caraúbas - PB, analysis of results and discursion, closing remarks references and appendix. The same is also justified by the need to form a more fair and efficient municipal management covering the needs of society and seek greater interaction and responsiveness to society in order to improve the quality of life local. A methodology was adopted: questionnaires, interviews and visits the communities involved, media aimed at computerization of society about the issue, in part bibliographic sources were used as: websites, articles, books and authors in the field and the study of character quali - quantitative, descriptive and exploratory, aimed at preparing local diagnosis. Finally, an analysis of the results was taken as a general observation, the results show that there are devoted to social policy but are the result of actions of the federal government and not the local management.

Keywords: Social Sustentabilidade; Sustainable public administration; Quality of Life.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	09
2.1	Sustentabilidade e suas dimensões.....	11
2.2	Sustentabilidade social.....	13
2.3	Pobreza e exclusão social.....	15
3	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: Município de Caraúbas - PB	19
4	ANALISE DOS RESULTADOS E DISCURSÃO.....	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICE – I: tabulação dos resultados.....	30
	APÊNDICE – II: questionário.....	33

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade verificar a existência de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade social e suas decorrências para a população urbana e rural no município de Caraúbas – PB. Buscando assim, fomentar uma Gestão Pública Sustentável que se balize nos pilares da: equidade material, igualdades de oportunidades, melhor distribuição de renda e justiça social, que como somatório resulte em um crescimento acoplado a ações desenvolvimentistas e sustentáveis.

Como contexto, a partir das transformações capitalistas, o modo de vida do homem e o seu próprio espaço sofreram diversas modificações. Neste cenário, surge a sustentabilidade, termo que provém do latim *sustentare* (sustentar, apoiar, conservar, cuidar). Inicialmente, este conceito relacionava-se quase que exclusivamente às questões ambientais ou ecológicas. Dessa forma não levava em consideração às dimensões econômicas, financeiras, culturais, políticas, territoriais e sociais. Contudo, no presente, o termo está intimamente relacionado com a responsabilidade social das organizações, onde é utilizada como parte da estratégia organizacional, detectando alguns problemas, como: a desigualdade social, a exclusão pessoal e o uso excessivo de recursos por uma parte da população. Entretanto, o conceito de sustentabilidade vai bem além da explicação da realidade, pois exige aplicações práticas. Sendo assim a cada dia ela estende sua abrangência e importância.

Observa-se assim, que vários problemas capitalistas podem ser minimizados no âmbito da sustentabilidade social, pois ela busca a melhoria da qualidade de vida da população, uma maior equidade na distribuição de renda, bem como a diminuição da exclusão social, com a participação e a organização popular. Nota-se ainda que a gestão pública é um setor de suma importância, na busca por mudanças nos panoramas da sociedade. Portanto, pensar de maneira socialmente sustentável não implica apenas na aplicação de recursos financeiros para desenvolvimento de projetos e/ou programas sociais, mas em uma mudança de atitude por parte tanto dos gestores públicos, como da sociedade em si.

Dentro desse contexto, este trabalho justifica-se pela necessidade de formação de uma gestão municipal mais justa e eficiente que possa atender as necessidades da sociedade contemporânea, tendo em vista todos os avanços da tecnologia; acontecimentos que estão induzindo o desenho de uma nova realidade social, resultado de fenômenos econômicos, políticos, culturais e sociais. Exigindo assim dos administradores públicos uma maior interação e responsividade, com a sociedade a fim de melhorar a qualidade de vida, buscando

elementos que, diante dos desafios propostos na atualidade, conduzam o município a um estágio favorável, tanto, para gerações presentes quanto para as gerações futuras.

Desse modo, mostra-se fundamental levar os moradores da localidade a redescobrir formas de contemplar o desenvolvimento local, estimulando entre os mesmos, atitudes que contribuam para o seu crescimento de forma sustentável. No caso de Caraúbas (cidade em estudo), o cenário empírico caracteriza-se por apresentar uma forte desigualdade social, demonstrando carências sociais e econômicas para a grande maioria de sua população, bem como, a inexistência da participação coletiva na elaboração, execução e avaliação das ações públicas.

Para a realização desse artigo foram utilizados diversos instrumentos tais como: questionários, entrevistas e visitas as comunidades envolvidas, meios que visam à contextualização do panorama social em estudo. Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, os procedimentos pretenderam desenvolver primeiramente um levantamento mais empírico sobre a realidade local da cidade de Caraúbas em suas dimensões: econômica, política, ambiental, cultural e social. Definindo os impactos que as mesmas causam no desenvolvimento seja ele municipal e/ou comunitário.

A pesquisa foi de caráter quali-quantitativa, descritiva e exploratória, visando elaborar o diagnóstico local. Salienta-se que as ações públicas tanto na zona urbana quanto na zona rural do município de Caraúbas foram pesquisadas, para isso foram aplicados questionários nas duas áreas onde se buscou observar as ações efetivas da prefeitura e as disparidades a respeito do tema (sustentabilidade), bem como as políticas públicas desenvolvidas no município. Na zona rural os questionários foram destinados às comunidades residentes nos Sítios Campos e Lagoa dos Severos, por serem os sítios mais próximos e desenvolvidos da cidade.

Na parte bibliográfica desse artigo foram utilizadas fontes como: *sites*, artigos, livros e monografias. Os principais autores utilizados foram: Juarez de Paula, 2008; H. Saul Becker, Trad. Maria Luiza X. de A. Borges; Karina Kuschnir, 2009; Sergio C. Buarque, 2008; Eduardo Fagnani, 2009; Ezio Manzini, 2008; Adriano Murgel Branco; Ignacy Sachs 1993 e 2000.

No atual contexto a sustentabilidade é contemplada como um paradigma crucial para o desenvolvimento local, social e sustentável, faz-se dessa maneira a indagação da seguinte questão: **Quais as implicações das políticas públicas destinadas a Sustentabilidade Social para sociedade local no município de Caraúbas - Paraíba?**

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, embasamento teórico: desenvolvimento sustentável; sustentabilidade e suas dimensões; sustentabilidade social e pobreza e exclusão social, caracterização do objeto de estudo: município de Caraúbas – PB, análise dos resultados e discursão, considerações finais, referências e apêndice.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O consumo massificado baseado no uso extensivo de energia não renovável, na exploração de mão-de-obra, no uso extensivo dos recursos naturais, ou seja, na degradação ambiental como um todo, imperou por muito tempo na sociedade moderna, porém tal sociedade não poderá se manter em longo prazo com padrões de produção e consumo tão nocivos ao meio ambiente.

Dessa forma o meio acadêmico, intelectuais e teóricos bem como vários grupos sociais começaram a alertar para uma nova realidade, onde os recursos naturais (renováveis ou não) são bens finitos e limitados, os quais precisam ser utilizados de forma equilibrada, indicando assim, limites ao consumo e ao uso dos recursos naturais (DIEGUES, 1992). Uma vez que seu esgotamento se deu por meio da exploração excessiva de tais recursos, da poluição e da degradação dos ecossistemas implicando na diminuição da qualidade de vida das sociedades dos países industrializados, daí a preocupação em controlar os aspectos negativos da industrialização. Mostrando-se assim necessário a revisão do conceito de desenvolvimento, o qual não fica restrito apenas como sinônimo de crescimento econômico, mas incorpora o sentido e efeitos dos impactos ambientais.

Sendo assim o termo “desenvolvimento sustentável” emerge a partir da segunda metade do século XX, através de estudos realizados pela Organização das Nações Unidas – ONU sobre mudanças climáticas. O desenvolvimento sustentável surge em resposta às preocupações, da humanidade perante a crise social e ambiental, isto é, problemas decorrentes do crescimento populacional, da poluição atmosférica, e do antagonismo entre crescimento produtivo x desenvolvimento social.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, é um marco na divulgação dos problemas ambientais, um evento que centrou a ideia de desenvolvimento sustentável. A principal contribuição desse evento foi o relatório de *Brundtland* que passou a ser um instrumento de suma importância nas discussões posteriores sobre sustentabilidade (MENDES, 2009).

O Relatório *Brundtland - Our Common Future* (1987), trouxe novos elementos ao debate sobre o desenvolvimento sustentável dentro do contexto político e econômico de

desenvolvimento, fortalecendo o tema na agenda política, bem como, sancionando a posição do tema meio ambiente na agenda política internacional. O relatório ainda chamou a atenção de grande parte da população mundial sobre a necessidade de se conquistar o desenvolvimento econômico, que não causasse danos ao meio ambiente e sem reduzir os recursos naturais. Ele também traz três princípios básicos a serem cumpridos: proteção ambiental, desenvolvimento econômico e equidade social.

No relatório de *Brundtland* ainda é evidenciado uma das definições mais difundida pelo mundo do conceito de desenvolvimento sustentável: é aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (ESTENDER e PITTA, 2007).

Em 1972 o centro das discussões da Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma, também publicou “Limites do Crescimento”, mostrando a ameaça de um colapso do modelo de crescimento vigente, decorrente da produção industrial baseada nos recursos naturais não renováveis, afirmando assim a insustentabilidade da industrialização e de seus avanços, da produção de alimentos e da poluição. Diante desse cenário, houve uma reação imediata tanto dos países industrializados como subdesenvolvidos, assim como uma maior propagação da ideia de desenvolvimento sustentável no âmbito internacional (BATISTA e ALBUQUERQUE, 2007).

No Brasil, por volta da década de oitenta, houve a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente e a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Mesmo assim, as ações do governo continuam limitadas a áreas específicas, atuando na resolução de problemas ocasionados pela inexistência de políticas voltadas a regulação do uso dos recursos naturais.

A Agenda 21 foi outro documento, criado com o intuito de disseminar o desenvolvimento sustentável pelo mundo, desenvolvida na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, a “Rio 92”. Este documento foi quem mais conseguiu difundir o conceito de desenvolvimento sustentável pelo mundo, uma vez que ele evidencia que a sustentabilidade é construída a partir de distintas dimensões (MAIA, [200-]). Após sua realização foram formadas organizações e diversas conferências em várias partes do mundo (como a de Johannesburgo na África do Sul) destinadas a acentuar as alterações sobre degradação e economia.

De forma geral, nota-se o desenvolvimento sustentável como um fator crucial na busca por respostas aos problemas enfrentados pela sociedade global, bem como nos novos rumos que a humanidade tem que percorrer, sempre pautados na busca de uma qualidade de vida que

respeite a resiliência do planeta, ou seja, a capacidade de um sistema restabelecer seu equilíbrio, após ter sido rompido.

2.1 Sustentabilidade e suas dimensões

Nas últimas décadas a sustentabilidade tornou-se um tema com caráter de extrema importância. Desde a conferência mundial sobre o meio ambiente Rio-92, sua evolução não só no Brasil, mas em várias partes do mundo tem se tornado constante. Nesse contexto várias possibilidades vem sendo discutidas, como problemas e oportunidades, trilhando assim caminhos para conservar os recursos naturais em consonância com a capacidade de produção e renovação dos mesmos. Visando dessa maneira uma maior equidade entre o consumo e a produção, agregando a minimização dos danos irreversíveis ao meio ambiente e aos diversos recursos existentes. Sobre isso Bellen (2003, p. 72 –73), afirma:

A sustentabilidade exige que se passe da gestão dos recursos para a gestão da própria humanidade. Se o objetivo é viver de uma maneira sustentável, deve-se assegurar que os produtos e processos da natureza sejam utilizados numa velocidade que permita sua regeneração. [...] A sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Utilizando uma metáfora econômica, deve se viver dentro da capacidade do capital natural.

Ressalta-se que atualmente vem se tornando necessário a expansão não só da concepção de sustentabilidade, mas de sua prática, a qual está sendo ampliada ao longo do tempo conforme a própria evolução humana, para alcançar também as pessoas - assim se tem origem o termo de sustentabilidade social local.

Possibilitando assim a criação de meios capazes de solucionar os desafios e/ou problemas enfrentados nas áreas econômicas e sociais e não só na área ambiental de uma região, procurando atingir uma maior permanência e continuidade dos serviços prestados a sociedade, para que as pessoas que nela vivem possam intensificar mudanças que transformem positivamente o estilo de vida de toda a coletividade, tornando a convivência mais completa e satisfatória.

Todavia, as inovações no setor público ainda, são encaradas com receio ou não tem sua efetividade para a sociedade, principalmente no que tange os serviços prestados a sociedade. No Brasil e em seus 5.564 municípios, devido a práticas negativas que envolvem corrupção, clientelismo, nepotismo, dentre outros, a administração pública incorporou a ineficiência como característica marcante que interfere não só no crescimento como no desenvolvimento social local (municipal e comunitário). Para Fagnani (2009, p.120):

Caso haja intenção de conquistar a redistribuição da renda e equidade social no Brasil, acreditamos ser fundamental, em suma, considerar que a situação de desenvolvimento do país coloca limites objetivos e claros à natureza das fontes de financiamento das políticas e programas sociais.

Nota-se que para haver a implementação da sustentabilidade ou qualquer que seja o programa social através de políticas públicas é necessário antes de tudo, diagnosticar a realidade local, definir com clareza da situação atual, bem como as ações viáveis e as metas e objetivos a serem alcançadas. Ainda de acordo com Sachs (1993), as dimensões da sustentabilidade são:

- **Sustentabilidade ecológica** - tem por objetivo a manutenção dos estoques dos recursos naturais, incorporados ao processo ou as atividades produtivas;
- **Sustentabilidade ambiental** - visa à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, implicando na capacidade de recomposição dos ecossistemas diante das agressões a ele causadas;
- **Sustentabilidade social** - objetiva o desenvolvimento que busca a melhoria da qualidade de vida da população. Sendo utilizada principalmente em contextos onde há fortes desigualdades sociais e pouca inclusão social, dessa forma busca através de políticas distributivas, a ampliação do atendimento a questões como: saúde, educação, segurança e habitação;
- **Sustentabilidade política** - tem como princípio a construção da cidadania, visando garantir uma plena inclusão dos indivíduos ao processo do desenvolvimento;
- **Sustentabilidade econômica** - reportar-se a uma administração eficiente dos recursos naturais, ambientais, materiais, financeiros e econômicos, objetivando uma melhor regularidade dos fluxos de investimentos públicos ou privados.

Posteriormente, Sachs (2000) incorporou mais duas dimensões à sustentabilidade:

- **A sustentabilidade territorial ou espacial** - que visa um equilíbrio entre a relação rural x urbana, bem como uma melhor distribuição territorial, melhorias no ambiente urbano, objetivando superar as disparidades inter-regionais e elaborar estratégias ambientais que assegurem as áreas ecologicamente mais frágeis;
- **A sustentabilidade cultural** - busca um maior respeito à cultura de cada localidade, visando garantir à continuidade da tradição atrelada a inovação.

Ainda há autores que incluem a sustentabilidade financeira as dimensões da sustentabilidade. Desse modo, no atual contexto, onde a globalização, as novas tecnologias se

ampliam bem como os problemas sociais se agravam continuamente, mostra-se necessário um desenvolvimento que não se baseie exclusivamente no lucro e em privilégios de pequena parte da sociedade. Para Barbosa (2008, p.23) “Os direitos básicos devem ser proporcionados, tais como o direito à água, ao abrigo, à alimentação, à saúde, à educação, entre outros”.

Dessa forma deve-se sublinhar um desenvolvimento que utilize os recursos (naturais, econômico, financeiros, matérias e culturais) de forma parcimoniosa, a fim de melhorar a qualidade de vida da população, assim como a satisfação das necessidades básicas da sociedade atual e das gerações futuras.

2.2 Sustentabilidade social

A sustentabilidade social abrange a necessidade de recursos, sejam eles materiais ou não. A mesma tem por objetivo a construção progressiva de uma civilização que se baseie na equidade social, na distribuição da renda, na igualdade no acesso aos recursos e serviços básicos disponibilizados para a sociedade (MAIA, [200-]).

Sendo assim ela, tem por objetivo melhorar significativamente os direitos e as condições de vida de uma população, ampliando a homogeneidade social, a igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais e criando oportunidades de geração de um emprego digno que possa agregar qualidade de vida para os cidadãos de uma localidade.

Ainda para Manzini (2008, p. 23):

A expressão *Sustentabilidade Social* refere-se às condições sistêmicas através das quais, seja em escala municipal ou regional, as atividades humanas não contradizem os princípios da justiça e da responsabilidade em relação ao futuro, considerando a atual distribuição de “espaço ambiental”.

Habilitados da sustentabilidade social o intuito é desenvolver a sociedade como todo, objetivando quebrar as barreiras impostas pelas mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e culturais. Eliminando prováveis ameaças e criando oportunidades de promover a equidade social, a maior participação da população na tomada de decisões, buscando assim uma gestão participativa que contemple um planejamento estratégico eficiente, um informe social, uma igualdade na justiça, bem como, a transparência de seus atos.

Dessa maneira, a dimensão social da sustentabilidade pode ser entendida como a concretização de um processo de desenvolvimento ordenado para uma sociedade solidária. Onde a finalidade é edificar uma sociedade que se pautar no ser, com uma maior e melhor distribuição do ter, isto é, da renda, de modo a melhorar o acesso aos direitos e condições das

diversas classes da população, bem como reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos estratos sociais (MENDES, 2009).

Dentro desse contexto, se mostra necessário à implementação de políticas públicas inovadoras que busquem a captação de recursos, a efetivação de obras, o crescimento das atividades sociais, a erradicação da miséria. Buscando assim, uma gestão pública municipal mais responsável, sustentável e social, a qual objetive colaborar para o aumento da melhoria da qualidade de vida de toda população.

No geral, a sustentabilidade social é considerada como uma “ferramenta” essencial para a evolução de uma dada região e/ou para o desenvolvimento da sociedade. Porém não é fácil, tentar fazer uma transição na administração pública, uma vez que o setor é historicamente indiferente aos problemas sociais e ambientais, assim como os gestores públicos não incentivam a ação coletiva e a autonomia social. Dessa maneira, sem o apoio público as dificuldades multiplicam-se, na busca pela a reestruturação social e ambiental necessária para garantir a satisfação da coletividade e a sobrevivência da sociedade futura.

Todavia, tudo isso pode torna-se possível diante de atitudes sustentáveis, responsivas e colaborativas, tanto por parte da comunidade local como dos setores da administração pública, especialmente, municipal, voltadas para adequar a: infraestrutura, governança, saúde, moradia, planejamento, educação, segurança, serviços e finanças públicas. Segundo Paula (2008, p.11 -12):

O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade, são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito.

Assim na prática, devem ser incorporados hábitos e ações simples que visam o desenvolvimento social de forma sustentável, tais como: arranjar tempo para o trabalho voluntário, evitar poluir o meio ambiente, colaborar para a criação de associações comunitárias, coletar e doar cestas básicas e agasalhos para os mais necessitados, elaborar e promover projetos que busquem a interação/desenvolvimento social, entre outras. São práticas que podem e devem ser difundidas e adotadas pela sociedade em parceria com a gestão pública, levando dessa forma, o município a novos panoramas. Ainda para Silva et al (2012, p.14) “O estímulo à cultura participativa torna-se importante, pois envolve a sociedade em um sentido de corresponsabilidade, de compartilhamento, um aprendizado democrático por ações alternativas para a melhoria da qualidade de vida”.

Entretanto o atual modelo de funcionamento da economia mundial vigente torna difícil a colaboração, já que desconsidera as questões ambientais, uma vez que se conduz por uma competição excludente e se centra no poder e no acúmulo de riqueza, ao mesmo tempo, acentuando a pobreza e a exclusão das pessoas mais pobres da sociedade e a degeneração dos recursos naturais. A solução depende da capacidade de toda humanidade agir em conjunto (ORTEGA, 2009).

Dessa maneira nota-se que não é possível adotar uma política de desenvolvimento sem a participação direta da sociedade, bem como, é fundamental que a gestão pública local caminhe em direção a um desenvolvimento responsivo da sociedade, através de ações e/ou estratégicas que objetivem significativamente a participação da coletividade nos processos decisórios, ampliando os meios de acesso a informação ao cidadão. Dando um importante passo para a democratização, descentralização e flexibilização da gestão local.

Segundo Silva (2000, p. 100 *apud* Silva, Souza e Leal 2012, p.12):

A dimensão social constitui-se como elemento predominante o princípio da “viabilização de uma maior equidade de riquezas e de oportunidades, combatendo-se as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando-se a diversidade e todas as suas formas de expressão”.

Sendo assim, a sustentabilidade social mostra-se para a gestão pública, como um importante paradigma capaz de melhorar efetivamente as ações públicas, aumentando a interação entre os atores sociais, buscando ações mais eficazes que possam contribuir para a resolução das problemáticas locais. Desse modo pode-se atingir uma gestão pública sustentável, cumpridora das necessidades da sociedade, de modo que os cidadãos que nela vivem possam desfrutar de um padrão de vida digno, bem como a garantia que todos os cidadãos tenham igualdade no acesso aos serviços básicos de boa qualidade.

2.3 Pobreza e exclusão social

As desigualdades sempre assolaram a história da humanidade, bem como os contrastes sociais, por justiça social, igualdade coletiva, reforma agrária, distribuição de renda, acompanham e marcam a história da humanidade.

Dessa forma até os dias atuais o povo brasileiro padece com os problemas sociais como: a desigualdade social, a injustiça, a pobreza, a fome, a miséria e a exclusão social. Havendo dessa forma uma divisão entre ricos e pobres, dirigentes e dirigidos, pretos e brancos, onde uma minoria fica com muito e uma maioria com pouco, onde os direitos são universalizados, mas não atende a todos, mesmo vivendo em uma República que se constitui

em Estado Democrático de Direito, e tem por fundamentos: a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Para Mocelin (2010, p.01):

Essa divisão entre pobres e ricos, ou entre burguesia (detentora dos meios de produção) e proletariado (vendedores da força de trabalho aos burgueses), ou então, classes sociais, passa a existir a partir da ascensão e consolidação do capitalismo como sistema econômico vigente, levando ao início de diferenciações e de acesso a bens e serviços pela população.

Em termos legais, a Constituição Federal de 1988 estabelece como objetivo fundamental da República em seu art. 3º, inciso III: erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Sendo assim a pobreza é um problema social que sempre esteve em pauta formal na sociedade brasileira, vista que em várias partes do país o assunto se faz presente no ordenamento legal local.

Pela insipiência dos resultados a pobreza se concretiza como um estado de insuficiência de renda, de privação e carência de bens e produtos necessários ao desempenho social e à subsistência. A pobreza não está exclusivamente relacionada a escassez ou a ausência de renda, mas a capacidade de se viver com dignidade fazendo parte da sociedade (BALSAN, 2010).

Sem igualdade de oportunidades o cidadão fica impossibilitado de romper as dificuldades que lhe são impostas pela sociedade. Dessa maneira, ele passa a ocupar um estado desfavorável (exclusivo) na sociedade, uma vez que para gozar de sua cidadania, dignidade e tantos outros direitos eclodidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, os cidadãos necessitam ter acesso igualitário aos serviços básicos de saúde, moradia, alimentação e educação, bem como a extinção de fatores que lhe condicionam a viver com privações, sejam elas financeiras, econômicas, sociais ou culturais.

Desde a década de oitenta, a maioria das nações desenvolvidas tem formulado programas, políticas e projetos de transferência de renda. No Brasil essas políticas foram introduzidas a partir dos anos de noventa, com o propósito de minimizar a pobreza, com a transferência de renda direta as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (miséria), buscando a inclusão das pessoas consideradas pobres (CAMARGO, 2011).

Políticas Públicas são ações que visam garantir o acesso efetivo da população aos direitos constitucionais que, as vezes, são exercidos apenas pelos cidadãos que dispõem de mais recursos. Tais políticas visam responder problemas concretos como a fome, miséria, pobreza e desemprego, bem como atuam buscando atender as necessidades sociais como, alimentação e educação, demandas ou necessidades evidenciadas através dos indicadores

sociais. Além de terem objetivos específicos, elas tem temporalidade, ou seja, são implementadas para se efetivar durante certo período de tempo. Seu principal objetivo é responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, concebidos como vulneráveis, bem como ampliar e efetivar direitos e a cidadania. Ainda para Teixeira (2002, p.2) “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

No Brasil, no de 1993 foi implantado o Plano de Combate à Fome e à Miséria, que tinha o intuito de propor parcerias, promover a descentralização e a solidariedade. Entre os anos de 1995 e 2002 o programa foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária, o qual visava combater a exclusão social e a fome, por meio de ações descentralizadoras e coletiva. Já no ano de 1999 foi lançado o Programa Comunidade Ativa, o mesmo visava conter a fome através do desenvolvimento local. Em 2001 foi fundado o Fundo de Combate à Pobreza e o Fundo de Combate à Miséria, o primeiro tinha por objetivo programas de transferência de rendas e o segundo atuava nos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Já em 2003 foi instituído o Programa Fome Zero, com o intuito de assegurar o direito à alimentação.

No mesmo ano foi implantado o maior programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa-Família, voltado para famílias mais carentes. Ele foi elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e lançado pelo Governo Federal, sobre a então presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo instituído pela medida provisória de nº 132, transformada na lei nº 10.836 de janeiro de 2004. O programa surgiu da fusão de políticas públicas já existentes, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA (Lei Nº. 10.689/2003), Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola (Lei Nº. 10.219/2001), Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (Decreto Nº. 3.877/2001), Programa Auxílio-Gás (Decreto Nº. 4.102/2002), e Cadastramento Único do Governo Federal. O programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares (BRASIL, 2004).

Todos os programas citados contribuíram de certa forma pra a diminuição da pobreza, da fome e da miséria em nosso país, uma vez que políticas públicas que, visam a transferência direta de renda, são de suma importância para aquelas as pessoas que se encontraram em condições de pobreza ou miséria, já que conseguem sanar de imediato as necessidades básicas das pessoas como a alimentação (OLIVEIRA e CAVALHEIRO, 2009).

Porém, cabe ressaltar que tais problemas não serão solucionados apenas com comida, crianças na escola e transferências de renda. Fazendo-se igualmente necessário que todos os brasileiros tenham seus direitos efetivados, de forma que lhes seja concedida uma vida digna com acesso de qualidade e não apenas acesso à educação, trabalho, saúde, podendo deste modo participar efetivamente da sociedade (BALSAN, 2010).

Ainda para Goulart (2002, p. 67):

Uma sociedade moderna reconhecida como tal admite o conflito e os atores que a protagonizam, tolera a diferença e conforma um espaço público em que os diferentes segmentos sociais disputam politicamente seus respectivos interesses.

Desse modo nota-se que a pobreza está intimamente ligada com fatores sociais, bem como a mesma é um dos fatores que causam a exclusão social, e conseqüentemente desigualdade social.

Dessa forma, ser uma pessoa pobre significa ser excluída da coletividade, uma vez que, perante a sociedade ou a uma parte dela o ser humano para ser reconhecido como cidadão, deve “ser” alguém importante, dotado de personalidade, inteligência e criatividade e “ter”, bens materiais ou rendimentos suficientes para adquirir bens que lhe proporcionem uma vida confortável. Porém a pobreza não é único fator excludente, o desemprego, a falta de moradia, ser idoso, portar alguma deficiência física ou mental, pertencer a uma certa religião, também são fatores que podem levar os indivíduos de uma sociedade a serem excluídas da mesma.

Ainda para Damas (2010, p.10) “a exclusão social é um conjunto de problemas que levam ao isolamento/afastamento de uma pessoa da sociedade em que está inserida, ou de um determinado grupo”. Sendo assim tanto a pobreza como a exclusão social ferem o artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que elude: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Portanto tem o direito e a liberdade de enquanto seres humanos de serem respeitados, tratados com dignidade, bem como, participarem efetivamente da vida social sem restrições, independente de seu gênero, religião, cultura, raça, classe social e orientação sexual.

Sendo assim a pobreza e a exclusão social ferem a dignidade da pessoa humana, bem como seus direitos inalienáveis e sua liberdade, uma vez que, privado de consumir certos bens, produtos ou serviços que satisfaçam suas necessidades básicas, o ser humano passa a ser desprezado e desrespeitado pela sociedade.

3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: Município de Caraúbas - PB

O município de Caraúbas está localizado na Microrregião do cariri oriental do Estado da Paraíba. Sua área é de 446 km², representando territorialmente 0.7895% do Estado, 0.0287% da Região Nordeste e 0.0052% do Brasil. A sede do município tem uma altitude aproximada de 451 metros, ficando a 191,9 Km da capital João Pessoa. De acordo com o IBGE, no ano de 2010 a população do município de Caraúbas era estimada em 3.899 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano era de 0,585.

O município de Caraúbas localiza-se entre os municípios paraibanos de Congo, Coxixola, São João do Cariri, São Domingos do Cariri, Barra de São Miguel e o Estado do Pernambuco (Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe). Originalmente, o município foi ocupado por índios (caboclos bravos) até meados do século XVII. Oficialmente, o município teve sua origem de uma fazenda de colonos portugueses do século XVIII, às margens do rio Paraíba do Norte. Onde as condições favoráveis, da região a inseriu no ciclo do açúcar. No mesmo século, um morador da Capitania de Pernambuco, Custódio Alves Martins, instalou-se na cabeceira do Rio Paraíba, e ali fundou um sítio a que deu o nome de Caraúbas. Quando o município passou a Distrito de São João do Cariri em 1891, haviam 58 moradores. Além da pecuária, o beneficiamento do algodão e do caroá trouxeram novos recursos à localidade. A partir de 1940, investimentos urbanos trouxeram à cidade o primeiro grupo escolar e a iluminação pública a diesel em 1952 e a construção do açude Congo/Campos em 1953.

A partir de 1968, Caraúbas passou a fazer parte do poder executivo do município de São João do Cariri, hegemonia que se manteve até a emancipação política do município, em 29 de abril de 1994, através da lei estadual nº 5.923/94 e publicada no Diário Oficial em 05 de maio de 1994, data em que é comemorada a emancipação política do município. Já sua instauração veio a ocorrer no dia 01 de janeiro de 1997. Após de tornar cidade ficou nos primeiros anos sobre a gestão de Severino Virgínio da Silva (mais conhecido como Severino Dudu 1997, 2008 e 2012) e José Gomes Ferreira (mais conhecido como Josete 2000 e 2004).

Atualmente, os moradores do município de Caraúbas vivem, principalmente, da pesca, da agricultura, transferências e programas sociais (como bolsa-família e o seguro-safra) e empregos da prefeitura. Não há programas que visam à questão ambiental, social e a efetiva melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma o município mostrasse pobre de práticas, sociais e sustentáveis, bem como há poucas associações comunitárias, sendo assim a gestão local, não tem em suas atividades ações voltados para o desenvolvimento local e sustentável ou para a ação coletiva.

Dessa foram mostra-se necessário à implementação de políticas e/ou projetos que visem uma maior equidade social, igualdade de oportunidades, geração de emprego e renda, responsividade com o meio ambiente enfim a melhoria da qualidade de vida como um todo, possibilitando deste modo a organização da sociedade, o exercício da participação coletiva, construindo relações mais amigáveis e tornando a gestão pública local um campo para a concretização de ações de cunho social.

4 ANALISE DE RESULTADOS E DISCURSÃO

A população analisada esta na zona urbana e rural do município de Caraúbas – PB. Os resultados foram obtidos a partir dos questionários aplicados nas respectivas áreas citadas, com o objetivo de identificar as ações efetivas da gestão pública municipal e as disparidades a respeito do tema, bem como as políticas públicas destinadas a sustentabilidade social no município.

Sendo composto por 12 questões, os questionários contiveram questões objetivas e subjetivas. Na zona rural os questionários foram destinados às comunidades residentes nos Sítios Campos e Lagoa dos Severos, localidades que ficam a 8 km e 10 km da sede do município. Como rateio a amostra foi equitativa, com a aplicação dos questionários sendo realizada junto a 50 (cinquenta) pessoas da zona rural e 50 (cinquenta) da zona urbana.

As duas primeiras questões se referem ao nome e a zona (urbana ou rural) que os pesquisados moram. Das questões (3ª a 7ª) são apresentadas informações referentes aos programas sociais, aos serviços básicos e a as oportunidades que o município oferta. Pelo mensurado constata-se 72% dos pesquisados recebem programas sociais na zona urbana e 28% não recebem ajuda.

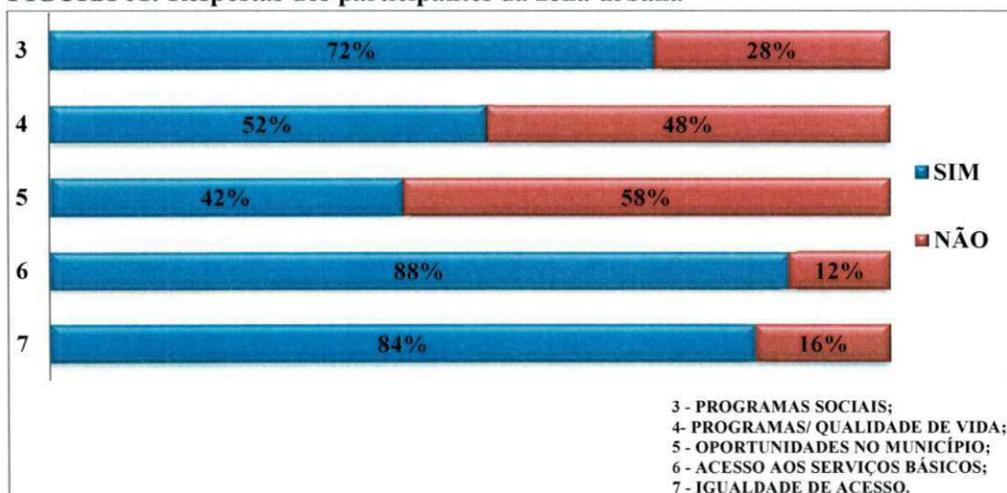
Enquanto na zona rural 76% recebem o benefício e 24% não recebem. Percebe-se ainda que na zona urbana 52% dizem que os programas sociais melhoraram a qualidade de vida da população local e 48% dizem que os programas sociais não melhorou a qualidade de vida. Já na zona rural 56% dizem que melhorou e 44% dizem que não melhorou a qualidade de vida.

Com relação a existência de oportunidades (cursos, construção de casa populares, associações comunitárias e geração de emprego e renda), ações ou projetos que o município de Caraúbas desenvolve visando a qualidade de vida da população, na zona urbana 58% responderam que não há oportunidade e 42% responderam que há oportunidades. Na zona rural 78% dizem não existir oportunidade de melhoria da qualidade de vida e 22% dizem que existe.

Quando questionado quanto ao acesso dos serviços básicos, os moradores da cidade, 88% responderam que tem acesso os serviços básicos e 12% responderam que não ter acesso, já em relação a igualdade de acesso ao serviços 84% responderam que há igualdade e 16% dizem não ter igualdade. Já nas Comunidades dos Sítios Campos e Lagoa dos Severos 96% dizem ter acesso aos serviços básicos e 4% dizem não ter acesso, quanto a igualdade de acesso 58% dizem ter igualdade no acesso e 42% dizem não ter igualdade no acesso.

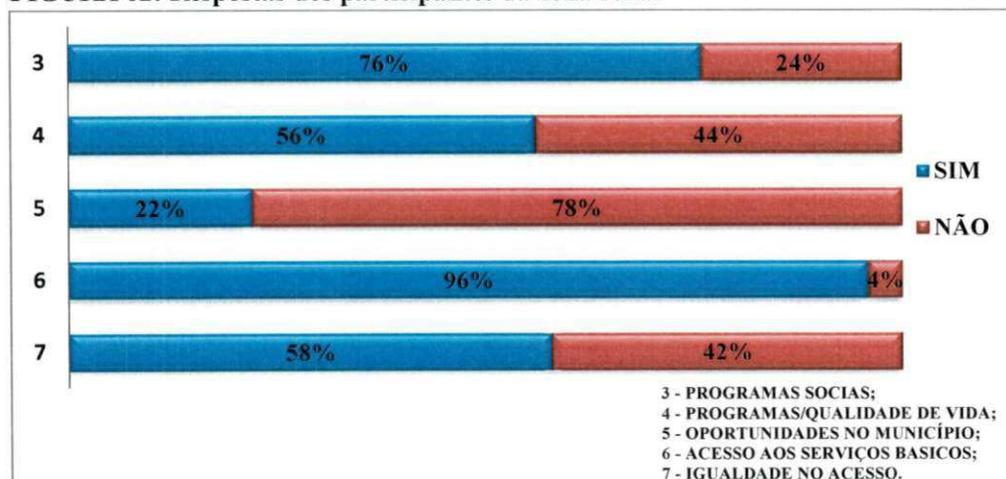
É possível notar que mais da metade dos pesquisados na zona rural e urbana recebem programas sociais, assim os programas se tornaram uma fonte de renda permanente, deixando de ser um programa de ajuda, conferindo assim um caráter assistencialista aos programas.

FIGURA 01: Respostas dos participantes da zona urbana



Fonte: Elaboração própria. (2014).

FIGURA 02: Respostas dos participantes da zona rural



Fonte: Elaboração própria. (2014).

Sobrea caracterização do município na urbana 38% dizem há acesso de qualidade a educação e a saúde; 18% respeito a natureza e saneamento básico; 24% dizem que não há nenhuma das opções citadas; 8% água encanada em todas as localidades do município; 4% respeito a natureza; 4% distribuição de renda e 4% respeito as diversidades. Enquanto na zona rural do município 30% dizem que há acesso de qualidade a educação; 16 % acesso a saúde de qualidade; 12% distribuição de renda; 10% igualdade de oportunidades e 32% pessoas dizem que não há nenhuma das opções citadas.

FIGURA 03 - Tabela 01: Caracterização do município de Caraúbas

ZONA URBANA		ZONA RURAL	
38%	ACESSO DE QUALIDADE A EDUCAÇÃO E A SAÚDE	30%	ACESSO DE QUALIDADE A EDUCAÇÃO
24 %	NÃO HÁ NENHUMA DAS OPÇÕES CITADAS	32%	NÃO HÁ NENHUMA DAS OPÇÕES CITADAS
18%	RESPEITO A NATUREZA E SANEAMENTO	16%	ACESSO DE QUALIDADE SAÚDE
8%	ÁGUA ENCANADA EM TODAS AS COMUNIDADES	12%	DISTRIBUIÇÃ DE RENDA
4%	RESPEITO A NATUREZA	10%	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
4%	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA		
4%	RESPEITO AS DIVERSIDADES		

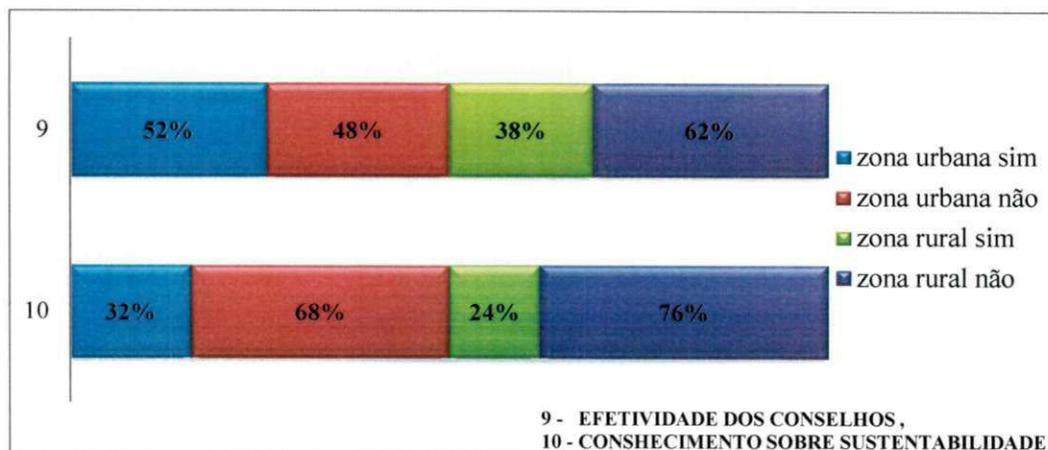
UFCG-BIBLIOTECA

Fonte: Elaboração própria. (2014).

Sendo assim, nota-se que tanto na zona rural como na zona urbana grande parte dos pesquisados caracterizam que no município não há nenhuma das opções citadas, ou seja, consideram que não há segurança pública e saúde de qualidade, saneamento básico, distribuição de renda, respeito às diversidades, ações que viabilizam o futuro e geração de emprego e renda.

Quando questionados sobre a efetividade dos conselhos municipais na zona urbana 48% responderam que eles não tem efetividade e 52% que eles tem efetividade, já quando questionados sobre o tema sustentabilidade na zona urbana 68% responderam que não tinham ouvido falar no tema e 32% já tinham ouvido falar. Enquanto na zona rural 62% responderam que os conselhos não tem efetividade e 38% que eles tem efetividade, no que se refere ao tema sustentabilidade 76% não tinham ouvido falar no tema e 24% já tinham ouvido falar no tema.

FIGURA 04: Efetividades dos conselhos municipais e do conhecimento sobre o tema sustentabilidade na zona rural e na zona urbana



Fonte: elaboração própria (2014).

Dessa forma da 3ª a 10ª questão na zona urbana, predominaram a resposta SIM, percebe-se assim sendo, que a maioria da população da zona urbana, recebe ajuda de programas sociais, caracterizando que tais programas, melhorou a qualidade de vida na localidade, consideram ainda que há poucas oportunidades para a melhoria da qualidade de vida no município. Além disso, a população urbana, a maioria tem acesso aos serviços básicos, bem como igualdade no acesso a tais serviços e considera que os conselhos municipais são pouco atuantes. Em síntese, a maioria da população urbana considera que os conselhos municipais não são atuantes, assim como que a maioria da população caracteriza que no município há acesso de qualidade a educação e a saúde, respeito a natureza e saneamento básico e a maioria dos pesquisados desconhecem o termo sustentabilidade. Tal desconhecimento evidencia a falta de informação e políticas públicas voltadas para a área.

Já na zona rural do município de Caraúbas da 3ª a 10ª questão também predominou o SIM como resposta, ficando assim materializado que a maioria da população também recebe ajuda de programas sociais, assinalando que os programas sociais melhoraram relativamente à qualidade de vida do coletivo dessa localidade. De modo geral, consideram que o município não oferece oportunidades para a melhoria da qualidade de vida. Soma-se a disponibilização de serviços básicos e a sua igualdade de acesso, porém, não consideram que os conselhos municipais sejam atuantes. A população da zona rural ainda caracteriza que no município há acesso de qualidade a educação e saúde, distribuição de renda e igualdade de oportunidades, bem como ainda tem pouco conhecimento do termo sustentabilidade.

As questões 11^a e 12^a se referem a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida na localidade. Quando questionados sobre o que entendiam do tema sustentabilidade na zona urbana, as respostas mais comuns foram:

- relação equilibrada entre os recursos naturais e o ser humano;
- atividades humanas que viabilizam a satisfação das necessidades das gerações atuais e futuras;
- meio de se viver que não agrida o meio ambiente;
- harmonia entre a ação humana e a conservação da natureza;
- desenvolvimento para o bem-estar humano sem danificar a natureza;
- ações que viabilizam a interação do homem com o meio ambiente sem agredi-lo;
- é o mecanismo de sobreviver e desenvolver respeitando a meio ambiente.

Já quando questionados sobre o que deveria ser feito para melhorar a qualidade de vida na localidade, 66% não responderam e 44% responderam em uma escala decrescente, que:

- por representantes mais responsáveis;
- melhorar a segurança pública e/ou segurança pública de qualidade;
- promover ações esportiva, culturais, religiosas como: campeonatos de futebol, eventos culturais, práticas esportivas com idosos e jovens;
- ampliação de oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e instalação de cursos superiores e incentivo pra estudantes, buscando promover a geração de emprego e renda;
- atitudes voltadas para o consumo e controle do desperdício de água;
- instalação de políticas públicas focalizando variados aspectos de cunho social;
- geração de emprego e renda.

Em relação ao tema sustentabilidade na zona rural, as respostas foram:

- utilizar os recursos advindos da natureza de forma responsável, pensando nas gerações futuras;
- é a forma de viver que utiliza meios que levam a população a ter uma melhor qualidade de vida;
- significa utilizar os recursos naturais de forma racional;
- meios e atividades para se manter e viver de forma equilibrada;
- uso correto dos recursos naturais;
- são atividades que visam suprir as necessidades humanas sem comprometer o futuro;
- é procurar viver utilizando os recursos naturais de forma racional;
- viver com qualidade de vida, sem prejudicar o meio ambiente.

Quando questionados sobre o que deveria ser feito para melhorar a qualidade de vida na localidade, 38% não responderam e 62% responderam, as respostas foram:

- mais segurança e/ou melhorar a segurança pública;
- geração de emprego e renda;
- saneamento básico;
- água tratada e coleta seletiva;
- trazer mais cursos técnicos e profissionalizantes;
- investimento nas áreas de saúde e segurança pública;
- ações mais efetivas na área da saúde, com atendimento mais frequente na zona rural;
- projetos e ações que ofereçam oportunidades para os habitantes do município;
- elaboração de políticas públicas voltadas para o cooperativismo

Nas questões 11ª e 12ª na zona urbana, observa-se que na 11ª questão a maioria dos pesquisados tem pouca propriedade, para falar sobre o tema sustentabilidade, assim como as ações que os pesquisados objetivam para melhoria da qualidade de vida da população do município são: em grande parte a melhorar a segurança pública e/ou segurança pública de qualidade, geração de emprego e renda, ampliação de cursos técnicos, profissionalizantes e ensino superiores e o controle do desperdício de água.

Enquanto isto na zona rural do município de Caraúbas na 11ª questão a maioria dos pesquisados também tem pouco domínio para falar da temática sustentabilidade. Já as ações que os moradores da zona rural visam que podem melhorar a qualidade de vida na localidade são: investimento em segurança pública ou segurança pública de qualidade (devido a grande ocorrência de assaltos a residências no Sítio Campos), água tratada e geração de emprego e renda.

Dessa maneira é possível notar que as ações que se relacionam com o social no município de Caraúbas são em grande parte desenvolvidas pela Secretária de Ação Social, como o Grupo de Convivência do Idoso, cursos profissionalizantes (manicure, informática, auxiliar de vendas e pintura), e os programas do PETI e do PROJOVEM. Ainda há a construção de casas populares, a distribuição de carne, peixe, através a Associação de Usuário de Água do Açude Congo/Campos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caraúbas, assim como tantas outras cidades da Paraíba é um município que se constitui de contradições, onde uma pequena parte da população, se mantem com padrões de renda e condições de vida semelhantes aos apresentados nos grandes centros urbanos. Nesse

contexto Caraúbas ainda padece de heranças históricas da sociedade brasileira, entre elas a desigualdade social e regional, a concentração de renda, riqueza e poder.

Os resultados obtidos evidenciam que o município de Caraúbas é carente de práticas que viabilizam o futuro e a melhoria da qualidade de vida, uma vez que suas ações não são voltadas para as questões ambientais, culturais e sociais. Sendo assim sua população desconhece diversos temas a exemplo sustentabilidade. Em decorrência, a gestão municipal local necessita fomentar políticas públicas capazes de gerar emprego e renda tanto para a zona urbana como para a zona rural, com investimento e políticas públicas mais eficientes nas áreas de segurança pública, pois vários sítios de seu município, além do Sítio Campos já se tornaram alvo de assaltos a residências e animais (caprinos) - como o Sítio Monte Alegre e o Distrito de Barreiras.

Há de se ressaltar que os programas sociais ou de transferência de renda é de suma importância para as classes mais desfavorecidas da sociedade, já que reduzem os impactos causados pela pobreza (sobretudo, no curto prazo), porém ainda não são suficientes para reverter o quadro social brasileiro (no longo prazo), uma vez que, não consegue diminuir as disparidades entre as diversas classes, não reduzindo assim a exclusão social e tantos outros problemas sociais.

Ainda é possível notar que as existem políticas públicas voltadas para a área social no município de Caraúbas, porém estas políticas são frutos de ações do governo federal e não do governo local, bem como a gestão local desenvolve suas poucas ações através da Secretária de Ação Social. Dessa forma a administração pública local centra suas ações em políticas ou programas de âmbito federal (a exemplo o programa bolsa família) que beneficiam a população mais carente do município, apenas com ações paliativas, mas, não fomentadoras de autonomia futura. Criando assim uma sociedade dependente, que não busca a real concretização de seus direitos como uma saúde preventiva e uma educação capaz de profissionalizar as pessoas efetivamente para o mercado de trabalho. Sendo assim se faz necessário formular e implementar novas políticas sociais mais universais que possam efetivamente combater as dificuldade de cunho social no município.

Observa-se ainda que o para se atingir o desenvolvimento sustentável local se faz necessário erradicar práticas como o desmatamento, construir um aterro sanitário, uma vez que o lixo da cidade e dos sítios é jogado a céu aberto ou queimado, formular políticas ou projetos que visem aumentar a qualidade de vida no município, utilizar mais racionalmente os recursos naturais e preservar o meio ambiente. Neste sentido as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade social objetivam garantir que todas as pessoas possam ter condições

iguais de acesso a bens, serviços de qualidade necessários para uma vida digna. De modo a ajustar o desenvolvimento local, a ação coletiva, a justiça social e a equidade material. Para tanto, tudo isto requer que se busquem conter e remover as fontes que privam a liberdade de expressão e inclusão social, tais como: a pobreza extrema, a exclusão social e a carência de geração de emprego e renda.

Em nosso país ainda há um número considerável de cidades e regiões que como Caraúbas são concebidas como insustentáveis, porém, esse paradigma pode ser mudado, pois, as gerações presentes tem a capacidade de contribuir para que as eventuais dificuldades sejam transformadas em oportunidades, as quais possibilitem modificar as condições e fatores que se opõem ao desenvolvimento local. Portanto ações de caráter social e de longo prazo são construídas a partir do soma de atividades ou ações produzidas no dia-a-dia, as quais podem ser revertidas em políticas que contribuam permanentemente com a construção de uma sociedade mais saudável e extensível a todos os cidadãos.

Sendo assim é imprescindível mudar o padrão de vida da sociedade local, buscando a transformação do processo ambiental e cultural, bem como do contexto social em vigor, onde há um favorecimento da manutenção do poder e do controle nas mãos de um determinado grupo e as políticas públicas não tem efetividade a longos prazos. Buscar essa modificação não é fácil, uma vez que a própria sociedade local impõe valores, induzindo as pessoas a acreditam que os recursos financeiros são os responsáveis pela melhoria na qualidade de vida, que os bens matérias trazem *status*, que as pessoas valem o que tem. Sendo assim diante da complexidade da localidade, só seria possível um desenvolvimento, que não se baseie necessariamente no crescimento econômico, mas no desenvolvimento sustentável, local ou social.

REFERÊNCIAS

BALSAN, Francys Layne. Pobreza e desigualdade social no Estado democrático de direito: o caso brasileiro. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, [s.l], n.8, p.125-137, outubro/2010.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, [s.l], ed. 4ª, nº 1, v.1. p.11, Jan/Jun. 2008.

BATISTA, Ieda Hortêncio; ALBURQUERQUE, Carlossandro Carvalho de. Desenvolvimento sustentável: novos rumos para a humanidade. **Revista Eletrônica Aboré – Publicação de Artes e Turismo – ed. 03/2007**. Amazonas, 2007.

BECKER, H. Saul, 1928. Trad. Maria Luiza X. de A. borges; Karina Kuschnir. **Falando de Sociedade**: ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BELLEN, Hans Michael Van. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**. v. 7, nº. 1, p. 67-88. jan./jun. 2003.

BRANCO, Adriano Murgel; MARTINS, Márcio H. Bernardes. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos**: responsabilidade socioambiental e informe social. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa bolsa-família**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. Disponível em < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e >. Acesso em: 15 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o programa bolsa família e dá outras providências. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=12/01/2004&jornal=1&pagina=1&totalArquivo>> Acesso em: 07 mar. 2014.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC / Rio / 005 – Dezembro, 2000.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 4 ed. Rio de Janeiro: gramond, 2008.

CAMARGO, Pedro Cavalcante de. **Uma análise do efeito do programa bolsa família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras**. Ribeirão Preto, 2011.

DAMAS, Sérgio Nuno. **Pobreza e exclusão social**. Coimbra, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, 6(1-2): 22-29, janeiro/junho 1992.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. **O conceito de desenvolvimento sustentável**. [s.l.] 2007.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, Elizabete Melo. (org.) et al. **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6 ed. São Paulo; Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p.119.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

GOULART, Jefferson O. **Desigualdade social, estado e cidadania social**. São Paulo, 2002.

MAIA, Cláudio Machado. **As dimensões da sustentabilidade e a multifuncionalidade da agricultura familiar**. [s.l], [200-].

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação e sustentabilidade: comunidades criativas organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-paper, 2008.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, jul/dez. 2009.

MOCELIN, Cassia Engres. **O programa bolsa família enquanto principal estratégia de enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual**. [s.l], 2010. p. 04.

OLIVEIRA, Maura; CAVALHEIRO, Kênia. Concisa análise acerca do programa bolsa família na redução da pobreza e das desigualdades sociais na região central do Estado do Rio Grande do Sul. *In: X Salão de Iniciação Científica – PUCRS*, Santa Maria/RS, 2009.

ORTEGA, Enrique. **Brasil e o desenvolvimento sustentável**. Unicamp, Campinas, SP, 2009.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local: textos selecionados**. Brasília: SEBRAE, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo. 1993.

SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. **A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, Jan/ Jun. 2012, p.22-42.

SILVA, A. S.; SHIMBO, I. A dimensão política na conceituação da sustentabilidade. **Anais... XI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO**. Florianópolis. 2006. p. 3806-3815.

Sustentabilidade Social. Disponível em: < <http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-social/> >. Acesso em: 20 de fev. de 2014.

Sustentabilidade Social. Disponível em:< <http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/1878174-sustentabilidade-social/#ixzz1bdYmjteS> >. Acesso em: 12 fev. de 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: Bahia, 2002.

***APÊNDICE I –
TABULAÇÃO
DOS
RESULTADOS***

Quadro 01 – Resultados das questões objetivas

QUESTÕES	ZONA URBANA		ZONA RURAL	
QUESTÃO 3	SIM 36	NÃO 14	SIM 38	NÃO 12
QUESTÃO 4	SIM 26	NÃO 24	SIM 28	NÃO 22
QUESTÃO 5	SIM 21	NÃO 29	SIM 11	NÃO 39
QUESTÃO 6	SIM 44	NÃO 6	SIM 48	NÃO 2
QUESTÃO 7	SIM 42	NÃO 8	SIM 29	NÃO 21
QUESTÃO 9	SIM 26	NÃO 24	SIM 19	NÃO 31
QUESTÃO 10	SIM 16	NÃO 34	SIM 12	NÃO 38

Fonte: Autora (2014).

Quadro 02 – Resultados das questões subjetivas

QUESTÕES	ZONA URBANA	ZONA RURAL
QUESTÃO 8	19 ACESSO DE QUALIDADE A EDUCAÇÃO E A SAÚDE	15 ACESSO DE QUALIDADE A EDUCAÇÃO
	12 NÃO HÁ NENHUMA DAS OPÇÕES CITADAS	16 NÃO HÁ NENHUMA DAS OPÇÕES CITADAS
	9 RESPEITO A NATUREZA E SANEAMENTO	8 ACESSO DE QUALIDADE SAÚDE
	4 ÁGUA ENCANADA EM TODAS AS LOCALIDADES	6 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
	2 RESPEITO A NATUREZA	5 IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
	2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	
	2 RESPEITO AS DIVERSIDADES	
QUESTÃO 11	RELAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE OS RECURSOS NATURAIS E O SER HUMANO;	UTILIZAR OS RECURSOS ADVINDOS DA NATUREZA DE FORMA RESPONSÁVEL, PENSANDO NAS GERAÇÕES FUTURAS;
	AÇÕES QUE VIABILIZAM A INTERAÇÃO DO HOMEM COM O MEIO AMBIENTE SEM AGREDI-LO;	É A FORMA DE VIVER QUE UTILIZA MEIOS QUE LEVAM A POPULAÇÃO A TER UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA;
	MEIO DE SE VIVER QUE NÃO AGRIDA O MEIO AMBIENTE;	SÃO ATIVIDADES QUE VISAM SUPRIR AS NECESSIDADES HUMANAS SEM COMPROMETER O FUTURO;
	ATIVIDADES HUMANAS QUE VIABILIZAM A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS GERAÇÕES ATUAIS E FUTURAS;	MEIOS E ATIVIDADES PARA SE MANTER E VIVER DE FORMA EQUILIBRADA;
	MEIO DE SE VIVER QUE NÃO AGRIDA O MEIO AMBIENTE;	USO CORRETO DOS RECURSOS NATURAIS;
	HARMONIA ENTRE A AÇÃO HUMANA E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA;	UTILIZAR OS RECURSOS NATURAIS DE FORMA RACIONAL;
	DESENVOLVIMENTO PARA O BEM-ESTAR HUMANO SEM DANIFICAR A NATUREZA;	É PROCURAR VIVER UTILIZANDO OS RECURSOS NATURAIS DE FORMA RACIONAL;
	AÇÕES QUE VIABILIZAM A INTERAÇÃO DO HOMEM COM O MEIO AMBIENTE SEM AGREDI-LO;	NÃO ENTENDO NADA
	É O MECANISMO DE SOBREVIVER E DESENVOLVER RESPEITANDO A MEIO AMBIENTE.	VIVER COM QUALIDADE DE VIDA, SEM PREJUDICAR O MEIO AMBIENTE.
QUESTÃO 12	POR REPRESENTANTES MAIS RESPONSÁVEIS;	MAIS SEGURANÇA;
	MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA E/OU SEGURANÇA PÚBLICA DE QUALIDADE;	ÁGUA TRATADA E COLETA SELETIVA;
	PROMOVER AÇÕES ESPORTIVA, CULTURAIS, RELIGIOSAS COMO: CAMPEONATOS DE FUTEBOL, EVENTOS CULTURAIS, PRÁTICAS ESPORTIVAS COM IDOSOS E JOVENS;	SANEAMENTO BÁSICO;
	AMPLIAÇÃO DE OFERTAS DE CURSOS TÉCNICOS, PROFISSIONALIZANTES E INSTALAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES E INCENTIVO PRA ESTUDANTES, BUSCANDO PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;	TRAZER MAIS CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES;
	ATITUDES VOLTADAS PARA O CONSUMO E CONTROLE DO DESPERDÍCIO DE ÁGUA;	INVESTIMENTO NAS ÁREAS DE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA;
	INSTALAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS FOCALIZANDO VARIADOS ASPECTOS DE CUNHO SOCIAL;	MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA
	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	AÇÕES MAIS EFETIVAS NA ÁREA DA SAÚDE, COM ATENDIMENTO MAIS FREQUENTE NA ZONA RURAL;
		ELABORAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O COOPERATIVISMO;
	PROJETOS E AÇÕES QUE OFEREÇAM OPORTUNIDADES PARA OS HABITANTES DO MUNICÍPIO.	
	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO MAIS CARENTE;	

Fonte: Autora (2014).

UFCG-BIBLIOTECA

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Antes de iniciar o questionário, informamos que o presente instrumento de pesquisa tem por objetivo central, coletar dados referentes aos serviços básicos, aos programas sociais e as oportunidades de melhoria da qualidade de vida no município de Caraúbas - PB. Os quis deverão subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo do trabalho de conclusão do curso de Tecnólogo em Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CDSA, Campus de Sumé – PB. Solicito sua colaboração no sentido de responder esse questionário. Pedimos ainda que você preencha corretamente as questões, para que possamos conhecer um pouco melhor sua opinião, bem como a realidade de sua localidade.

Leia com atenção as perguntas e marque um X cada resposta. Caso a pergunta não corresponda com sua realidade deixe em branco. Contudo sua participação é de suma importância para o êxito dessa pesquisa. Ciente de sua valiosa contribuição, agradeço antecipadamente sua participação.

Josefa Jozaelsan da Silva. Orientando

E-mail: jozaelsansilva@hotmail.com

Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho. Orientador

E-mail: gilvandl@ufcg.edu.br

1. Seu nome: _____

2. Região/Zona da cidade de Caraúbas onde você mora:

Urbana Rural

3. Você recebe alguma ajuda (bolsa) do governo?

Sim Não

4. Em sua opinião os programas sociais melhoraram a qualidade de vida da população em sua localidade:

Sim Não

5. Seu município oferece oportunidades, ou há projetos/ações que visem à melhoria da qualidade de vida da população?

Sim Não

6. Você e sua família tem acesso aos serviços básicos como: educação, saúde e moradia?

Sim Não

7. Há igualdade de acesso, quanto aos serviços básicos prestados pelo município aos cidadãos?

Sim Não

8. Em seu município você caracteriza que há:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> SEGURANÇA PÚBLICA DE QUALIDADE; | <input type="checkbox"/> RESPEITO ÀS DIVERSIDADES (SEXUAL, RELIGIOSA, CULTURAL); |
| <input type="checkbox"/> DISTRIBUIÇÃO DE RENDA; | <input type="checkbox"/> ÁGUA ENCANADA EM TODAS AS COMUNIDADES; |
| <input type="checkbox"/> IGUALDADE DE OPORTUNIDADES; | <input type="checkbox"/> AÇÕES QUE VIABILIZAM O FUTURO - |
| <input type="checkbox"/> ACESSO DE QUALIDADE À EDUCAÇÃO; | PREOCUPAÇÃO COM AS GERAÇÕES FUTURAS; |
| <input type="checkbox"/> ACESSO DE QUALIDADE AOS SERVIÇO DE SAÚDE; | <input type="checkbox"/> GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA; |
| <input type="checkbox"/> RESPEITO A NATUREZA; | <input type="checkbox"/> N.D.A |
| <input type="checkbox"/> SANEAMENTO BÁSICO; | |

9. Os Conselhos Municipais tem efetividade, ou seja, são atuantes?

Sim

Não

10. Você já ouviu falar em sustentabilidade?

Sim

Não

11. O que você entende por sustentabilidade? _____

12. Para você o que deve ser feito para melhorar a qualidade de vida de sua localidade?
